



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS – SECINST  
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – CDB

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

### **UNIDADES REQUISITANTES:**

Conselho Editorial da Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão – *Juris Itinera* e Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB).

### **1 Do Objeto:**

1.1- Este documento busca essencialmente subsidiar a viabilidade da contratação e embasar o Termo de Referência (TR), bem como tratar sobre análises para a melhor sugestão de solução para atender necessidades institucionais da Revista do MPMA – *Juris Itinera*.

1.2- Assim, conforme justificativas neste documento, sugere-se a contratação de serviços de revisão textual dos artigos jurídicos para edição 2025 do referido periódico institucional, de forma eficiente, conforme os princípios da administração pública, requisitos técnicos, logísticos, financeiros, prazos envolvidos e outras informações correlatas.

1.3- Trata-se de prestação de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, cuja contratação será realizada por meio de dispensa, na sua forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento do tipo “menor preço”, conforme detalhamentos deste ETP.

1.4- Ademais, cabe esclarecer que as quantidades, justificativas e demais especificações do presente instrumento serão corroboradas pelo Termo de Referência (TR) correspondente.

### **2 Dos Requisitos da Contratação:**

2.1- Requisitos do negócio: Os serviços de revisão textual dos artigos jurídicos selecionados para a edição 2025 da Revista do MPMA *Juris Itinera* compreendem: análise e correção ortográfica, regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal, crase, pontuação gráfica, uso correto das classes gramaticais e expressões, adequação vocabular, coesão frasal, coerência interna e externa, verossimilhança, ortofonia e estética

textual.

2.2- Requisitos de capacitação: Conhecimento em Informática (utilização de e-mail, aplicativos de mensagem e editores eletrônicos de texto);

2.3- Requisitos técnicos: Competência técnica (formação acadêmica) e/ou experiência na área de revisão textual e editorial;

2.4- Requisitos de manutenção: A CONTRATADA deverá oferecer suporte/garantia do objeto contratado, durante a vigência contratual e por 30 (trinta) dias corridos, a partir de sua execução.

2.5- Requisitos de segurança: A CONTRATADA deverá manter confidencialidade sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, devendo respeitar todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade do MPMA, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros, que tiver acesso.

2.6- Requisitos de prazo:

2.6.1- Conforme delineamento dos métodos e estratégias de suprimento assinalados no respectivo TR correspondente, os requisitos de prazo de recebimento do produto/serviço conformam-se aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

2.5- Legislação pertinente: O amparo legal para esta contratação, via dispensa de licitação, encontra-se na legislação pertinente à área de licitações e contratos administrativos e suas alterações, além da observância de atos normativos do MPMA.

### **3 Da Necessidade da Contratação:**

3.1- Caracterização do interesse público envolvido:

3.1.1- A Revista do MPMA – JURIS ITINERA é um periódico jurídico anual destinado à publicação de trabalhos produzidos por Membros do Ministério Público e outros pensadores do Direito.

3.1.2- Essa obra institucional possui certificação QUALIS B2, registrada pelo Qualis Capes – sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES – <https://www.gov.br/capes>) – que faz a classificação da produção científica brasileira, no que diz respeito aos artigos



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS – SECINST  
**COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – CDB**

publicados em periódicos, revistas, anais e livros científicos, englobando todas as áreas do conhecimento.

3.1.3- Logo, verifica-se que esse periódico possui certificação intermediária no sistema de avaliação da CAPES, sendo valorizado em concursos públicos, concursos docentes e para o Currículo Lattes dos profissionais da seara jurídica.

3.1.4- Por outro lado, a revisão de textos (gramatical e ortográfica especializada) corresponde à etapa fundamental para garantir a clareza e o rigor técnico do uso da língua portuguesa em periódicos e livros.

3.1.5- *In casu*, a falta de análises e revisões textuais adequadas poderá comprometer a credibilidade do conteúdo editorial e a imagem institucional desse periódico ministerial;

3.1.6- Por conseguinte, a referida contratação é uma medida essencial para assegurar análise e revisão gramatical (ortografia, morfologia e sintaxe) dos artigos jurídicos e a observância das normas de padronização editorial dessa publicação alinhando-se às diretrizes de transparência e excelência que regem as obras oficiais do *Parquet* maranhense.

3.1.7- Assim, entende-se que esta demanda está alinhada às diretrizes previstas no Planejamento Estratégico 2021/2029 vinculado aos objetivos estratégicos, que prevê, entre suas diretrizes, a promoção de publicações qualificadas e a capacitação continuada de membros e servidores, com vistas à difusão do conhecimento jurídico.

3.1.8- Ademais, registra-se que a Revista do MPMA *Juris Itinera* está consolidada institucionalmente, desde 1991, como instrumento de fomento à pesquisa e à reflexão jurídica, em consonância com as metas ministeriais de modernização e valorização da produção técnico-científica interna.

3.2- Resultados esperados com a contratação (ver item 11 deste ETP).

#### **4 Da inclusão da demanda no Planejamento da Instituição:**

4.1- Trata-se de demanda avalizada pelo Conselho Editorial da Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão junto à Administração Superior, e formalizada, de

ordem, para inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA 2026), Programa/Ação “*Coordenação das Ações Essenciais à Justiça*” e alinhamento ao MAPA ESTRATÉGICO MPMA 2021-2029, como instrumento de aprendizado e crescimento, com o fito de “*fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional*”.

4.2- Consultar os Documentos de Formalização da Demanda correspondentes (em anexo).

#### **5 Do levantamento de soluções para a demanda:**

5.1- Conforme previsão legal, foram analisadas as seguintes alternativas disponíveis para atendimento das necessidades institucionais para a contratação de serviços de revisão textual (gramatical, ortográfica e textual) dos artigos jurídicos de periódico institucional, a critério da Administração:

- a) Pregão eletrônico próprio para registro de preços;
- b) Intenção de registro de preços em parceria com outros Órgãos, por meio de pesquisas de processos licitatórios em andamento, com fins de registrar esses serviços;
- c) Adesão à ata de registro de preços de outros Órgãos;
- d) Inexigibilidade de licitação;
- e) Dispensa de licitação.

5.2- Das opções listadas acima, o procedimento de contratação direta, por dispensa de licitação, foi a modalidade selecionada como a mais viável neste caso, tendo em vista atender aos preceitos da Lei nº 14.133/2021, à celeridade processual necessária e aos fins desta contratação:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS – SECINST  
**COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – CDB**

ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

**II** - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras

OBS.: Valor atualizado pelo Decreto Nº 12.807/2025:

R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

5.3- Nesse sentido, sugere-se que, *in casu*, a dispensa de licitação poderá ser realizada, quando se verifica que a presente sugestão de contratação está dentro dos limites estabelecidos pela Nova Lei de Licitação (NLLC), além de atender aos normativos legais impostos à Administração, quanto à necessidade de definição precisa e suficiente do objeto, quantidade e condições de execução que possam essencialmente atender as necessidades institucionais, de forma eficiente e econômica.

5.4- Há demonstração de viabilidade dessa contratação, visto que diversos entes públicos no país vêm adotando este tipo de contratação para revisão de textos de suas coleções institucionais.

## **6 Da pesquisa de mercado e da forma de escolha do prestador/executante:**

6.1- Nesse ínterim, cumpriu-se a determinação legal de realização de prévia pesquisa de mercado referente à natureza do objeto de interesse da Administração, buscando averiguar os valores praticados nesse ramo de serviços.

6.1.1- Preliminarmente, justifica-se que, esta unidade administrativa diligenciou várias solicitações diretas com fornecedores locais e de outros Estados, por meio de inúmeros contatos telefônicos, mensagens por aplicativo e envio de e-mails institucionais, posto não ter logrado pleno êxito na utilização do Sistema do Painel/Banco de Preços e na pesquisa de contratos similares de outros entes públicos (pelas especificidades intrínseca do objeto contratual), além da ausência de mídia especializada ou sítios eletrônicos especializados.

6.1.2- Ademais, não há, até o momento, catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços homologado pela Administração Superior, no âmbito desta Instituição.

6.2- Portanto, com vistas a prover atendimento às necessidades institucionais do Conselho Editorial da Revista do MPMA, sugere-se que:

6.2.1- A seleção do PRESTADOR/EXECUTANTE seja providenciada por vindouro procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO;

6.2.2- A respectiva proposta comercial esteja vinculada à verificação do CRITÉRIO DO MENOR PREÇO.

## **7 Da quantidade estimada:**

7.1- Critérios utilizados para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

7.1.1- Conforme prévia determinação do Presidente do Conselho Editorial da Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão – *Juris Itinera*, Procurador de Justiça José Oliveira Bents, trata-se de contratação inaugural de suporte à padronização editorial quanto ao uso culto da língua portuguesa desse periódico ministerial.

7.1.2- Assim, o quantitativo estimado para essa demanda levou em consideração o total de palavras insertas nas laudas dos artigos jurídicos selecionados por esse colegiado para a próxima edição desse título ministerial, em consonância com os princípios da eficiência e economicidade, de modo que se obtenha economia de escala por adquirir produtos/serviços em maior quantidade e com melhor relação custo-benefício para a consecução do interesse público.

7.1.3- Critérios de necessidade institucional, oportunidade e conveniência da Administração Superior do MPMA;

7.1.4- Ver Memória de cálculo (Item 8 e documentos anexos).

## **8 Da estimativa do valor da contratação:**

8.1- Portanto, de ordem do Conselho Editorial da Revista do MPMA – *Juris Itinera*, estima-se o valor da contratação, por vindouro procedimento de dispensa de licitação, conforme quantidades estabelecidas na tabela a seguir e mapa de preços (em anexo).

8.2- Assim, diante das cotações recebidas de proponentes interessados do mesmo ramo de atividade, verificou-se que o valor médio



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS – SECINST  
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – CDB

unitário de R\$ 0,06 (seis centavos) por palavra e um valor médio total de R\$ 7.854,18 (sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), para subsidiar a vindoura dispensa de licitação relativa à realização desses serviços, conforme mapa de preços em anexo.

QUADRO - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO GERAL	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL DE PALAVRAS	CUSTO UNIT. MÉDIO APROX.	CUSTO ESTIMADO TOTAL (MÉDIO)
01 (único)	Revisão gramatical e ortográfica em língua portuguesa de 23 artigos, dispostos em 332 laudas, para a edição 2025 da "Revista do MPMA - <i>Juris Itinera</i> "	Palavras	130.903	R\$ 0,06	R\$ 7.854,18

## 9 Do não parcelamento da contratação:

### 9.1- Justificativas:

9.1.1- Não se aplica o parcelamento dessa contratação por critérios técnicos adotados no mercado, tendo em vista que a contratação dos serviços em tela é una, sem que seja possível seu desmembramento, sob risco de inexecução da solução escolhida e consequente prejuízo aos resultados esperados pela Administração Superior, além da otimização da gestão e fiscalização da contratação e eventuais ganhos de escala em razão da quantidade demandada.

9.1.2- Corrobora-se essa conclusão de inviabilidade de parcelamento do objeto contratual, tendo em vista que:

a) a execução dos serviços de revisão textual requer a integração de todas as etapas de análise e correção ortográfica, regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal, crase, pontuação gráfica, uso correto das classes gramaticais e expressões, adequação vocabular, coesão frasal, coerência interna e externa, verossimilhança, ortofonia e estética, a fim de garantir uniformidade técnica, qualidade editorial e padronização quanto ao uso culto da língua portuguesa;

b) Aumento de custos decorrentes de

múltiplas contratações e maior necessidade de gestão e acompanhamento;

c) Dificuldade de responsabilização em caso de falhas, uma vez que não haveria um único contratado responsável pelo resultado final;

d) Risco de atrasos devido à necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores.

9.2- Outrossim, a execução dos serviços por único contratado permite maior eficiência administrativa, melhor controle sobre prazos e qualidade, além de atender plenamente ao princípio da economicidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## 10 Da existência de contratações

### correlatas / interdependentes:

10.1- Para a consecução desta demanda institucional, não há contratações (já realizadas ou em planejamento), que se interliguem diretamente à prestação do objeto contratual ou importem necessariamente ser contratadas juntamente com este objeto, para a integralidade dos objetivos e resultados pretendidos.

## 11 Dos resultados esperados:

11.1- Com a vindoura contratação, as unidades requisitantes pretendem obter:

11.1.1- Melhor qualidade editorial e padronização linguística adequada em conformidade com o vernáculo nacional, contribuindo para a excelência científica do referido periódico ministerial;

11.1.2- Melhor clareza e correção linguística aos artigos jurídicos publicados, de modo a facilitar a compreensão do seu público leitor.

11.1.3- Agilidade na execução contratual, de modo a prover os serviços de revisão gramatical, dentro dos prazos previstos pelo Conselho Editorial da Revista do MPMA - *Juris Itinera*;

11.1.4- Redução de retrabalho e de custos adicionais, por meio da execução integrada de todas as etapas do serviço por um único fornecedor;

11.1.5- Satisfação dos setores demandantes e dos usuários finais, a ser aferida pela adequação, qualidade e pontualidade dos serviços contratados.



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS – SECINST  
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – CDB

**12 Da declaração de viabilidade:**

12.1- Para análise dos setores técnico-administrativos internos e ulterior decisão da Administração Superior, declaramos que a referida contratação é viável, tanto nos aspectos técnicos quanto econômicos, para atender essa demanda institucional, a ser prestada por profissional com experiência em revisão de textos e formação técnica adequada às finalidades do objeto contratual.

12.2- Diante das análises expostas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, a equipe de planejamento da contratação conclui que a vindoura contratação reforça o compromisso institucional com a transparência, a ética e a valorização do conhecimento ministerial.

**13 Outras informações:**

13.1- Finalmente, segue em anexo documentação complementar pertinente às informações constantes neste estudo técnico preliminar (ETP) e no termo de referência (TR) correspondente.

São Luís/MA, 27 de fevereiro de 2026.

MARIA DOS REMEDIOS  
RIBEIRO DOS  
SANTOS:10721304320

Assinado de forma digital por MARIA  
DOS REMEDIOS RIBEIRO DOS  
SANTOS:10721304320  
Dados: 2026.03.02 14:31:54 -03'00'

MARIA DOS REMÉDIOS R. DOS SANTOS

*Analista Ministerial*  
*Coordenadora de Documentação e Biblioteca*

Conceição de Maria Lima Guedes

*Analista Ministerial - Bibliotecária*

ROMOLLO DE SA MALTA:80843301368

Assinado de forma digital por ROMOLLO DE SA MALTA:80843301368  
Dados: 2026.03.02 14:33:27 -03'00'

Rômollo de Sá Malta - *Técnico Ministerial*

“2026 – OMP trabalha por você”.

Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau. São Luís/MA. CEP: 65076-820.  
Telefone: (98) 3219-1656 / (98) 3219-1657. E-mails: [biblioteca@mpma.mp.br](mailto:biblioteca@mpma.mp.br) e [biblio.pgi.ma@gmail.com](mailto:biblio.pgi.ma@gmail.com)